



Ônibus na cidade do Rio de Janeiro
(Foto: Arquivo de Rafael Asquini)

FÓRUM NACIONAL

FÓRUM NACIONAL SE REUNIRÁ EM 10 DE SETEMBRO, NO RIO DE JANEIRO, DURANTE O 1º CONGRESSO INTERNACIONAL CIDADES & TRANSPORTES, PROMOVIDO PELA EMBARQ

Em 10 de setembro de 2015, das 10h às 13h30, na Fundação das Artes, no Rio de Janeiro, será realizada a *Reunião Extraordinária do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana*, com os temas: *Atuação da guarda municipal nas atividades de trânsito*, a cargo de Ramon Vitor Cesar, presidente da BHTrans, de Belo Horizonte/MG; *Sustentabilidade financeira das empresas gestoras do transporte e trânsito*, por Vanderlei Cappellari, presidente da EPTC, de Porto Alegre/RS, e *Agenda de Trabalho 2016*, por Roberto Gregório da Silva Jr., presidente da URBS de Curitiba/PR e do Fórum Nacional. A reunião ocorrerá durante o 1º Congresso Internacional Cidades e Transportes promovido pela EMBARQ Brasil e que reunirá líderes locais dos cinco continentes. [Veja mais sobre o 1º Congresso na página 2.](#)

ras do transporte e trânsito, por Vanderlei Cappellari, presidente da EPTC, de Porto Alegre/RS, e *Agenda de Trabalho 2016*, por Roberto Gregório da Silva Jr., presidente da URBS de Curitiba/PR e do Fórum Nacional. A reunião ocorrerá durante o 1º Congresso Internacional Cidades e Transportes promovido pela EMBARQ Brasil e que reunirá líderes locais dos cinco continentes. [Veja mais sobre o 1º Congresso na página 2.](#)

FÓRUM NACIONAL SUGERIRÁ TEMAS PARA A 1ª PLENÁRIA DELIBERATIVA DOS PREFEITOS

Por meio de correspondência eletrônica emitida no final de agosto, Roberto Gregório informou aos secretários e dirigentes que o Fórum Nacional foi convidado pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP) a sugerir temas para a *1ª Plenária Deliberativa dos Prefeitos*, que acontecerá em 3 de outubro de 2015.

O presidente explicou que, com base em contribuições recebidas anteriormente, no dia 15 de julho de 2015, o Fórum Nacional apresentou à Frente Nacional de Prefeitos um conjunto de sugestões cujo detalhamento remeteu agora aos secretários e dirigentes, convidando-os a encaminhar até o dia 4 de setembro de 2015 sugestões de aprimoramento ou de inclusão de novos temas.

Denominado *Proposta temática preliminar*, o documento inclui dez temas: 1) Criação do Código Brasileiro de Transporte Coletivo; 2) Financiamento do transporte coletivo urbano; 3) A oneração municipal com a instituição do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano (REITUP); 4) Novos aplicativos de mobilidade; 5) Interfaces metropolitanas, com soluções integradas de mobilidade entre diferentes entes federativos; 6) Aplicação de recursos de multas pelos municípios; 7) Ampliação do prazo para conclusão dos planos de mobilidade; 8) Manutenção da desoneração do transporte coletivo urbano; 9) Zonas diferenciadas de mobilidade; 10) Transferência, dos municípios para os Estados, do licenciamento dos ciclomotores.

FÓRUM NACIONAL

PROJETO PROPÕE AMPLIAR POR TRÊS ANOS PRAZO PARA OS PLANOS DE MOBILIDADE

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7898/14, que propõe estender por mais três anos, até abril de 2018, o prazo exigido para a conclusão dos planos de mobilidade urbana previstos no artigo 24 da Lei nº 12.587/12. O relator da matéria é o deputado Raul Jungmann, a pedido de quem, no dia 25 de agosto de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) realizou um debate sobre o tema. O presidente URBS de Curitiba/PR e do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, Roberto Gregório da Silva Júnior, solicitou à ANTP que acompanhasse essa audiência pública, o que foi feito por Raphael Barros Dorneles, do Escritório da ANTP em Brasília.

O pedido de prorrogação do prazo em questão também havia sido contemplado na apresentação que Roberto Gregório fez na reunião da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), no dia 15 de julho de 2015, em Brasília/DF.

A AUDÊNCIA - A Agência Câmara publicou a cobertura da audiência pública, destacando que os debatedores pediram a extensão de prazo até 2018. De acordo com a Lei nº 12.587/12, os municípios com mais de 20 mil habitantes tinham até abril deste ano para concluir seus planos. Desde aquela data, os que não possuem o plano estão impedidos de receber recursos orçamentários federais para projetos de mobilidade urbana.

PAINEL MOSTRA A NOVA REDE EM SÃO PAULO E O ÔNIBUS SOB CONTROLE

Em uma das sessões da *61ª Reunião do Fórum Paulista*, a diretora de Planejamento da São Paulo Transportes S/A - SPTRans, Ana Odila de Paiva Souza, mostrou aspectos da nova concepção da rede de transporte por ônibus na maior cidade do País, que conta atualmente com 1.380 linhas, 15 mil ônibus, 4.500 km de cobertura e 7,1 milhões de viagens diárias, com 11 milhões de embarques. Cláudio de Senna Frederico revelou como a primeira rede do novo sistema, a Rede da Madrugada, está servindo de experiência para uma nova sistemática de controle dos ônibus.

Apresentações sobre os dois temas estão na Biblioteca do website da ANTP (www.antp.org.br). *Acione o mecanismo de pesquisa com Autor/ Ana Odila de Paiva Souza, Seção/Congresso e Edição/20º Congresso para ver a apresentação de Ana Odila. E Seção/Fórum Paulista e Edição/61ª Reunião para encontrar a apresentação de Cláudio de Senna Frederico.*

1º CONGRESSO CIDADES & TRANSPORTES BUSCA NOVOS MODELOS DE GESTÃO

Num ambiente propício a interatividade entre as boas práticas e as novas ideias, o *1º Congresso Internacional Cidades & Transportes*, promovido pela EMBARQ e que abrigará a Reunião Extraordinária do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana, tem como meta do contribuir para novos modelos de gestão de cidades. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Berlim, Istambul, Johannesburgo estão entre as cidades convidadas a compartilhar suas experiências; participarão do encontro líderes locais dos cinco continentes.

IDEIAS E SOLUÇÕES - Com público esperado de 1.000 pessoas, dentre as quais prefeitos, autoridades políticas nacionais e internacionais, especialistas e acadêmicos, o *1º Congresso Internacional Cidades & Transportes* contará com uma programação voltada para ideias e soluções que promovam o desenvolvimento sustentável das cidades. O evento marcará a celebração dos 10 anos de atuação da rede EMBARQ no Brasil e integra o calendário oficial de comemorações dos 450 anos da capital fluminense.

O secretário nacional de Transporte e Mobilidade Urbana, Dario Rais Lopes, afirmou na audiência pública que o governo acatará o que for decidido pelo Congresso. O secretário julga a dilatação do prazo necessária porque 80% dos municípios que deveriam ter feito o plano acabaram não fazendo, significando que não poderão contar com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) "Quem tinha contrato com o Ministério das Cidades anterior a 12 de abril de 2015 não sofreu mudança nenhuma, continua recebendo. Porém, a partir de 12 de abril, os municípios sem plano só podem assinar financiamentos. Não podem assinar nenhum convênio que envolva recursos do Orçamento Geral da União", explicou o secretário, acrescentando: "Os municípios nesta situação precisam correr com o plano. O repasse é muito importante para os pequenos, que não têm condição de pegar empréstimo".

CAPACITAÇÃO - O relatório do deputado Raul Jungmann deverá incluir a previsão de capacitação. "Vamos recomendar ao governo federal que auxilie os pequenos e médios municípios", disse o parlamentar, explicando que tal auxílio poderá ser prestado na forma de convênios ou de consórcios que envolvam várias cidades que demandem suporte técnico.

FÓRUM PAULISTA

A 61ª REUNIÃO DO FÓRUM PAULISTA, EM RIBEIRÃO PRETO, TEVE 150 PARTICIPANTES

A 61ª Reunião do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Mobilidade Urbana, realizada nos dias 30 e 31 de julho de 2015, no Hotel JP, em Ribeirão Preto, teve 150 participantes, entre autoridades, técnicos, empresários e especialistas de 26 municípios paulistas e das cidades de Cascavel/PR e Cuiabá/MT. A cerimônia de instalação do encontro, na manhã de 30 de julho, foi conduzida pelo secretário de Transporte e Trânsito de Guarulhos e presidente do Fórum Paulista, Atílio André Pereira. A prefeita de Ribeirão Preto, Darcy Vera, esteve representada no ato pelo secretário municipal da Casa Civil, Layr Luchese Júnior, que destacou importância do Fórum Paulista para o debate de questões relacionadas com a mobilidade urbana nos municípios

Participaram da solenidade Dario Rais Lopes, secretário nacional de Transporte e Mobilidade Urbana e Alberto Angerami, diretor geral do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), ambos, organismos do Ministério das Cidades. Participaram também Renato Viegas, assessor da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos; Daniel Annenberg, diretor geral do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/SP); William Latuf, presidente da TRANSERP de Ribeirão Preto; Thiago França Cabral, secretário de Mobilidade Urbana de Cuiabá/MT e vice-presidente do Fórum Nacional de Secretários. A Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) esteve representada por seu presidente, Ailton Brasiliense Pires, e pelo superintendente Luiz Carlos Mantovani Néspoli. Após a abertura, houve visita aos estandes da exposição de produtos e serviços.

AGRADECIMENTOS - O presidente do Fórum Paulista, Atílio André Pereira, agradeceu aos órgãos de governo e entidades públicas e privadas que tornaram possível a realização do encontro. Agradeceu às empresas que participaram da exposição com estandes - Digicon, Novakoasin, Prodata, Cobrasin/Greenwave - e, às apoiadoras Douglas e Farias, Laser Tech do Brasil. E consignou agradecimento especial ao apoio oferecido pelo Consórcio PróUrbano, concessionário do transporte público em Ribeirão Preto/SP.

COORDENADOR DA PRODESP APRESENTOU O SISTEMA INTEGRADO DE MULTAS (SIM)

Em sessão com a participação do diretor geral do DETRAN/SP, Daniel Annenberg, o coordenador de sistemas da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP), Renato Salem Azzem, fez uma apresentação sobre o Sistema Integrado de Multas (SIM).

Esse sistema tem por objetivo, segundo disse, "possibilitar, em princípio ao DETRAN e, posteriormente, a outros órgãos de trânsito, o gerenciamento de todo o ciclo de vida de uma multa de trânsito", por meio de funcionalidades como controle de talonários de papel e eletrônico, cadastramento de multa via dispositivos móveis, integração com o Portal do DETRAN, entrada e acompanhamento de processos recursais via internet, impressão e expedição das notificações suspensão e cassação de Carteira Nacional de Habilitação e baixa das multas.

Ele também explicou as integrações do SIM com as bases de dados do DETRAN, DENATRAN E CIRETRAN, com o portal do DETRAN, rede bancária e Correios. E descreveu cada uma das funcionalidades dos cadastros básicos e diferentes procedimentos de gestão: de usuários e grupos de usuários, talão papel, equipamentos, auto de infração de trânsito (incluindo manual, radar, notificações, relatórios e outros aspectos) recursos, baixas das multas, gestão financeira (geral e relatórios estatísticos), migração da base de dados, talonário eletrônico e acesso ao Portal DETRAN.

A apresentação mencionada nesta matéria pode ser vista na Biblioteca do website da ANTP (www.antp.org.br). Acione o mecanismo de pesquisa escolhendo *Seção/Fórum Paulista e Edição/61ª Reunião*.

Foto: Prefeitura de Ribeirão Preto/JF Pimenta



FÓRUM PAULISTA

UMA APRESENTAÇÃO SOBRE O SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO EM RIBEIRÃO PRETO

Na 61ª Reunião do Fórum Paulista, o diretor superintendente da TRANSERP, William Latuf, fez uma apresentação a respeito do novo projeto de transporte coletivo de Ribeirão Preto, definido com a licitação para concessão vencida pelo Consórcio PróUrbano, cujo prazo é de 20 anos; a operação foi iniciada em 29 de novembro de 2012.

INFORMAÇÕES - Latuf detalhou as ações vinculadas à concessão relacionadas com a ampliação e qualificação da rede e da oferta do serviço, como a criação de novas linhas nos três sistemas - estrutural, convencional e alimentador -, e apresentou dados sobre a frota, terminais e estações, corredores estruturais, controle da operação e de segurança, sistema de informação ao usuário, atendimento aos passageiros preferenciais e gestão do sistema. Falou também sobre tarifa, cobrança e arrecadação, incluindo a redução do pagamento em dinheiro dentro dos ônibus a índices residuais, tema objeto de outra sessão da 61ª Reunião do Fórum Paulista.

Entre outras informações, Latuf explicou que, com a recente licitação, houve uma nova caracterização da frota. Atualmente, a frota conta com 20 ônibus tipo Padron, de maior capacidade e conforto, não existente na antiga permissão, além de 313 ônibus convencionais e 24 micro-ônibus, num total de 357 veículos, dez a mais do que estavam em operação até 2012. A meta é fazer com que a frota em Ribeirão Preto chegue a 371 veículos, dos quais 61 do tipo Padron. Ele também informou que atualmente a Rede Integrada do Transporte Municipal por Ônibus (RITMO) conta com 119 linhas - quatro circulares, 78 radiais (das quais oito noturnas), nove diametrais, quatro perimetrais e 24 alimentadoras, operadas com os micro-ônibus. São 3.029 pontos de parada, dos quais 850 com abrigos.

RESULTADOS - Sobre os resultados operacionais, afirmou que, em 2015, o sistema tem transportado em média 4.734.420 por mês; com 2.986.666 passageiros equivalentes; a quilometragem média percorrida é de 2.309.279 km, com IPK operacional de 2,05 e IPK econômico de 1,29. A arrecadação tarifária: R\$ 8.910.563,03; quanto ao pagamento da tarifa, os passageiros transportados se distribuem por três categorias: pagantes (66%), gratuitos (18%) e integrados (16%).



Foto: Prefeitura de Ribeirão Preto/JF Pimenta

A ELIMINAÇÃO DO USO DE DINHEIRO PARA PAGAMENTO DA TARIFA A BORDO

Uma das sessões da 61ª Reunião do Fórum Paulista versou sobre a eliminação do pagamento da tarifa em dinheiro no interior dos ônibus, com ganhos quanto ao tempo de embarque e à segurança contra assaltos. A sessão foi coordenada por Raquel Chini, secretária de Transportes de Praia Grande/SP e vice do Fórum Paulista. Reynaldo Lapate, assessor técnico da TRANSERP, de Ribeirão Preto/SP, historiou o processo de eliminação do pagamento da tarifa em dinheiro no interior dos coletivos, que teve início em 1º de outubro de 2014. Ele mostrou resultados do programa de incentivo, comparando dados do primeiro semestre do ano em 2014 e em 2015. Por exemplo, a participação de passageiros pagantes com dinheiro a bordo em relação ao total de passageiros transportados reduziu-se de 23,2% para 0,6%; a média mensal assaltos a ônibus urbanos reduziu-se de 15,0 para 0,8 casos, e o tempo médio de embarque por passageiro nos principais pontos caiu de 10 para 6 segundos.

Carlos José Barreiro, presidente da Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas (EMDEC), mostrou que em seu município o número assaltos a ônibus caiu para quatro nos sete primeiros meses de 2015; durante todo o ano de 2014, haviam sido registrados 42 casos, e em 2013, 31 casos. Houve também o relato de Renato Gianolla, presidente da URBES, de Sorocaba, onde, desde 1992, não se usa dinheiro para pagamento a bordo e os ônibus não têm cobradores. O especialista em marketing Roberto Sganzerla falou sobre o desenvolvimento de ações mercadológicas para reduzir ou eliminar o pagamento com dinheiro dentro dos ônibus, mostrando os elementos de três projetos nos quais trabalhou diretamente, um deles na Guatemala e os outros referentes a Santos e Ribeirão Preto.

As apresentações mencionadas nesta página podem ser vistas na Biblioteca do website da ANTP (www.antp.org.br). Acione o mecanismo de pesquisa escolhendo Seção/Fórum Paulista e Edição/61ª Reunião.

RECURSOS FEDERAIS

SECRETÁRIO NACIONAL DIZ QUE É HORA DE 'ARRUMAR A CASA' EM TERMOS DE PROJETOS

O secretário nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, Dário Rais Lopes, abriu sua exposição na 61ª Reunião do Fórum Paulista, sublinhando que os municípios que não tiverem o plano de mobilidade ficam impossibilitados de receber recursos orçamentários para mobilidade. No Estado de São Paulo, que tem 645 municípios, 384 se enquadram na necessidade de instituir o



Dario Rais Lopes

plano e foram procurados em março de 2015 por ocasião de um levantamento do Ministério das Cidades sobre o tema. Foram obtidas respostas de 241 municípios paulistas, revelando que 29 haviam feito o plano, 123 estavam elaborando e 89 não tinham feito e nem estavam fazendo plano.

O secretário disse que um parecer da consultoria jurídica do Ministério das Cidades respalda o uso de recursos do Orçamento Geral da União (OGU) para fazer o plano de mobilidade e que, portanto, os municípios podem preparar uma emenda parlamentar para financiá-lo. Ele informou que um projeto de lei no Congresso propõe a ampliação para seis anos do prazo para a conclusão do plano; a Lei de Mobilidade Urbana estipulou esse prazo em três anos, vencidos em abril de 2015.

Assinalando que em 2015 e provavelmente em 2016 não haverá janela de seleção de propostas, Dario Rais Lopes recomendou que os municípios aproveitassem esse período para "colocar a casa em ordem" em termos de projeto. Disse ainda que o Ministério das Cidades está estimulando as cidades maiores a elaborarem seus planos com base em tecnologias mais modernas e as cidades menores a se consorciarem para a contratação do apoio técnico necessário. E informou que o Ministério das Cidades oferece em seu portal o material de apoio para elaboração dos planos. Foi publicada em abril a versão atualizada do *PlaMob - Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana* e o guia *Passo a Passo para a Construção de um Plano de Mobilidade Urbana*, elaborado pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP). Está em preparação o *Termo de Referência para contratação do Plano*, a ser disponibilizado no website do

Ministério das Cidades e destinado aos municípios que precisam montar planos mais robustos, devendo fazê-lo de acordo com um modelo que os agentes financeiros - em especial a Caixa - já conhecem e compreendem. O secretário mencionou ainda as oficinas programadas para as cidades paulistas de Mogi da Cruzes e outras em Jundiaí (*veja matéria em outra parte desta edição*), acrescentando que a SEMOB, por meio de equipe especializada, também presta orientação aos municípios para a elaboração das propostas.

MODOS NÃO MOTORIZADOS DE TRANSPORTE JÁ CONTAM COM RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

Dario Rais Lopes informou que foi estabelecida uma rubrica no Orçamento Geral da União (OGU) para viabilizar recursos para a circulação por modos de transporte não motorizados; trata-se da *Ação 10ST - Apoio a Sistemas de Transporte Não Motorizados*, do Programa 2048 - *Mobilidade Urbana*, do Ministério das Cidades. Existem duas possibilidades de acesso aos recursos do OGU fora do âmbito do PAC: o chamamento público no Portal dos Convênios do Governo Federal (www.convenios.gov.br) e a proposição de emendas parlamentares à Lei Orçamentária Anual.

Com os recursos da *Ação 10ST - Apoio a Sistemas de Transporte Não Motorizados* podem ser apoiadas intervenções que valorizem a circulação não motorizada, os preceitos da acessibilidade universal com conforto e segurança aos cidadãos e a minimização dos conflitos intermodais. Assim, os recursos podem financiar a implantação e requalificação de infraestrutura ciclável, prioritariamente integrados à rede de transporte público, como ciclovias, ciclofaixas, bicicletários e paraciclos. Servem também para infraestrutura para pedestres, como a implantação, adequação ou ampliação de calçadas, calçadões em áreas centrais e passeios públicos, com acessibilidade universal, e para a implantação de faixas e demais sinalizações para travessia de pedestres e ciclistas, 'parklets', rebaixamento de guias, sinalização horizontal, vertical, semaforizada e de orientação, passarelas e passagens inferiores para travessia de pedestres.

MANUAL PARA USAR A RUBRICA - Está sendo preparado e deverá ser lançado em 22 de setembro de 2015, como parte das iniciativas em torno do *Dia Sem Carro*, um manual da *Ação 10ST - Apoio a Sistemas de Transporte Não Motorizados*, que possibilitará ao município deixar o projeto ajustado para exame da Caixa, que é o agente financeiro que faz toda a descentralização de recursos das emendas parlamentares.

RECURSOS FEDERAIS

SOBRE A ATUALIZAÇÃO DE NORMATIVOS PARA OS GRANDES EMPREENDIMENTOS

Durante 61ª Reunião do Fórum Paulista, Dario Rais Lopes também explicou a atualização dos normativos para grandes empreendimentos. Quanto à atualização da *Instrução Normativa nº 41*, que regula o *Pró-Transporte* (com recursos do FGTS para mobilidade urbana), disse inicialmente que haverá separação de critérios 'de seleção', excludentes, e 'de hierarquização', classificatórios. "A ideia é observar a compatibilidade existente entre a proposta e o plano de mobilidade. Não adianta fazer todo o plano com base em transporte coletivo e pedir dinheiro para garagem subterrânea - isso é excludente", disse, acrescentando que, "como o dinheiro é curto", há a necessidade de classificar as propostas apresentadas e, assim, os projetos mais bem elaborados irão para o começo da fila.

Segundo o secretário nacional, a intenção é desestimular a apresentação de propostas para as quais o governo teria que colocar dinheiro sem que o proponente tenha noção de quanto vai custar a obra pleiteada. "O projeto tem que ser bem feito, dentro das regras, porque, caso contrário, o gestor municipal e o gestor federal vão ficar em situação complicada diante dos clientes, diante da sociedade, se o projeto não sair". Todo empreendimento grande, com mais de R\$ 50 milhões de investimento terá uma Unidade de Coordenação de Projetos (UCP), com participação

ITAPETININGA/SP REALIZA EM SETEMBRO SEMINÁRIO SOBRE MOBILIDADE URBANA

Nos dias 15 e 16 de setembro de 2015, no Centro de Convenções da Faculdade Fundação Karnig Bazarian -FKB (Rodovia Raposo Tavares, km162, em Itapetininga/SP), será realizado a *I Seminário de Mobilidade Urbana (SEMOB)* do município.

A secretária municipal de Trânsito e Cidadania de Itapetininga, Samira Albuquerque, informa que a programação de palestras e intervenções, com o propósito de promover debates entre autoridades e dirigentes públicos do setor de trânsito, transporte e mobilidade abertos à participação da sociedade. Entre outros, serão abordados os temas: Segurança Viária; Novos Modais; Acessibilidade; Semana de Trânsito e Mobilidade Urbana. Informações mais detalhadas e inscrições podem ser obtidas por meio o website transito.itapetininga.sp.gov.br

da estrutura local do ente federado, da gerenciadora e da certificadora. Também está sendo estabelecida a exigência de anexo de elementos mínimos de anteprojeto de modo semelhante ao que exige o Regime Diferenciado de Contratação (RDC); atualmente, a única exigência é a carta consulta. O secretário disse ainda que se estabelecerá seleção contínua de projetos, significando que o empreendedor privado não precisará aguardar as chamadas 'janelas', podendo buscar recursos do *Pró-Transporte* a qualquer tempo. E que, além disso, haverá melhoria nos fluxos de contratação.

SUSTENTABILIDADE - Rais Lopes também apresentou as linhas gerais da *Instrução Normativa nº 12*, voltada para a adoção de soluções técnicas que objetivem ganhos de eficiência e contribuam para a sua sustentabilidade econômica e ambiental, bem como de soluções de gestão que promovam serviços eficazes e incorporem o controle social e a participação da sociedade. Esse texto leva em conta a Resolução 761/2014 do Conselho Curador do FGTS, o qual aprovou a Política Ambiental desse fundo. O agente financeiro deve orientar o tomador de recursos quanto ao atendimento desta política socioambiental.

Será obrigatória na composição de investimentos a execução de revegetação, arborização e implantação de áreas verdes, como medidas que minimizem a impermeabilização do solo e promovam conforto térmico ao usuário, em áreas próprias ou adjacentes ao empreendimento, limitado a 2 % do valor do investimento. Torna-se também obrigatória a existência de estrutura de gerenciamento da obra para empreendimentos de mobilidade urbana, da área de infraestrutura urbana, cujos valores sejam superiores a R\$ 50 milhões. Há ainda a obrigatoriedade de elaboração e execução do *Projeto de Trabalho Social* e a elaboração do *Plano de Reassentamento e Medidas Compensatórias*.

O primeiro desembolso de qualquer financiamento de empreendimento de mobilidade urbana fica condicionado à apresentação de licença de instalação expedida pelo órgão ambiental competente, anteriormente ao início das obras. A condição para a liberação da última parcela de desembolso do financiamento, é a apresentação de licença ambiental de operação do empreendimento.

A apresentação do secretário nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SEMOB), do Ministério das Cidades, Dario Rais Lopes pode ser vista na Biblioteca do website da ANTP (www.antp.org.br). Acione o mecanismo de pesquisa escolhendo Seção/Fórum Paulista e Edição/61ª Reunião.

RECURSOS FEDERAIS

AÇÕES DE APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAR A POLÍTICA DE MOBILIDADE

Em Ribeirão Preto, a diretora de Mobilidade Urbana da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, (SEMOB), Luiza Gomide, apresentou as linhas gerais da política nacional para o segmento,



Luiza Gomide

destacando a obrigatoriedade do plano de mobilidade urbana. A SEMOB enviou ofícios para 3.325 municípios nessas condições; 1849 (56%) não responderam, e dos 1476 que enviaram respostas, 478 (32%) informaram que possuem o plano ou estão

elaborando e 998 (68%) disseram não que não possuem e nem estão elaborando o plano. Assim, dos municípios obrigados por lei, só 14,4% tem ou estão providenciando o plano.

A diretora mostrou pontos de um parecer da consultoria jurídica do Ministério das Cidades sobre a penalização de municípios que não elaboraram seus planos conforme prescreve a Lei 12.587/12. Os municípios que não fizeram o plano só podem receber recursos do OGU ajustados antes do limite (12 de abril de 2015); a lei não proíbe a concessão de financiamentos. A vedação dos recursos do OGU independe da forma como seja solicitado, se por projeto do Executivo ou por emenda parlamentar, e alcança obras do PAC. Não é proibida a destinação de recursos federais para planos de mobilidade.

POLÍTICA DE MOBILIDADE - Luiza Gomide falou ainda sobre ações de apoio à implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, incluindo programas para capacitar municípios a aplicar a lei, seminários de sensibilização, oficinas, cursos de capacitação, além de prestação de assistência técnica e a edição de publicações como a revisão e atualização do *PlaMob - Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana*, disponível no portal do Ministério das Cidades. E cooperação com entidades especializadas como o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA) e Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP), que produziu o guia *Passo a Passo para a Construção de um Plano de Mobilidade Urbana*.

A apresentação mencionada nesta página pode ser vistas na Biblioteca do website da ANTP (www.antp.org.br). Acione o mecanismo de pesquisa escolhendo Seção/Fórum Paulista e Edição/61ª Reunião.

EM MOGI DAS CRUZES E JUNDIAÍ, OFICINAS SOBRE O PLANO DE MOBILIDADE URBANA

O Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana apoiou a realização de duas edições da *Oficina para a Elaboração do Plano de Mobilidade Urbana* realizadas em Mogi das Cruzes/SP, em 20 de agosto de 2015, e em Jundiaí/SP, no dia seguinte. Essa atividade tem como objetivo orientar e discutir temas fundamentais para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana, de acordo com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, estabelecida pela Lei nº 12.587/2012. As oficinas foram conduzidas pela analista de infraestrutura da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana (SEMOB), Martha Martorelli.

“A questão da mobilidade urbana é um grande desafio, mas algo prazeroso, porque estamos discutindo o futuro de nossas cidades. As dificuldades são imensas e, por isso, precisamos de bons planos de mobilidade para os municípios e também que isso seja discutido de forma regional”, destacou o prefeito de Mogi das Cruzes, Marco Bertaiolli, ao participar da abertura dos trabalhos da oficina desenvolvida em seu município.

O prefeito de Jundiaí, Pedro Bigardi, participou da inauguração dos trabalhos da oficina em seu município. Na ocasião, assinalou que todos os municípios vêm enfrentando o desafio de melhorar a mobilidade urbana por meio do planejamento das cidades. Ele destacou que esse é um tema que engloba o deslocamento de pedestres e ciclistas, o transporte coletivo e o trânsito de veículos.

O secretário de Transporte de Jundiaí e vice-presidente de Trânsito do Fórum Paulista, Wilson Folgozi de Brito, disse: “Quando falamos em mobilidade, as pessoas só pensam em transporte ou trânsito. Tratamos aqui de assuntos de que não se falavam muito antes, como ciclovias e pedestres. Além disso, para conseguirmos recursos com o governo federal dependemos do Plano de Mobilidade Urbana.”

O encontro de Mogi das Cruzes reuniu representantes de municípios do Alto Tietê, Vale do Paraíba e do litoral. Da oficina realizada em Jundiaí participaram representantes de Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Jarinu, Louveira, Itupeva, Cabreúva, Sorocaba, Cajamar, Vinhedo, Valinhos, Itatiba, Atibaia, Francisco Morato, Franco da Rocha, Bragança, Caieiras e Itápolis.

SEGURANÇA VIÁRIA

RESOLUÇÕES POLÊMICAS TROUXERAM DESAFIOS, DIZ DIRETOR DO DENATRAN

Na abertura da 61ª Reunião do Fórum Paulista, o diretor geral Alberto Angerami assinalou inicialmente



que o Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) vem encontrando desafios “muito grandes” em razão de resoluções polêmicas editadas pelo CONTRAN, mas garantiu que a disposição tem sido vencer tais dificuldades. “Editamos no CONTRAN a

Alberto Angerami Resolução 543, que trata da formação de condutores. A nossa grande missão, como bem diz Ailton Brasiliense Pires, é preservar vidas. Temos esse compromisso de preservar vidas! E a resolução que trata da formação de condutores tem como objetivo exatamente a redução de acidentes, pois, se a formação dos condutores for adequada, seguramente o número de acidentes cujo motivo é a imperícia dos condutores vai se reduzir”.

Alberto Angerami disse que o País é signatário da resolução da ONU que estabeleceu a *Década Mundial de Segurança Viária - 2011/2020*, assinada em 2010 também por outros 175 países, e que propõe esforços para a redução pela metade do número de mortos e feridos nas ocorrências de trânsito. “Mesmo assim, os acidentes têm crescido no Brasil. Mas, temos muita esperança de que eles irão diminuir”.

OUTRAS RESOLUÇÕES - O diretor geral destacou outras resoluções do Conselho Nacional de Trânsito recentemente editadas: a Resolução nº 537, de junho de 2015, dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (SINIIV), “que responde ao anseio de parte significativa da sociedade”, e a Resolução 532, que altera resolução anterior do CONTRAN, incluindo a fiscalização por câmeras nas vias urbanas.

Angerami falou criação do Sistema FUNSETNET, ferramenta eletrônica que interliga o DENATRAN e demais órgãos e entidades integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT), possibilitando o envio, em tempo real, das prestações de contas relativas ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET). “Isso denota transparência, para que todo o Sistema Nacional de Trânsito tome conhecimento do que ocorre com as contas do FUNSET”.

PRÊMIO - “O regulamento do Prêmio Denatran está no site do DENATRAN. Gostaríamos que houvesse uma participação maciça nessa 14ª Edição”, disse o dirigente. Esse prêmio elege anualmente os melhores trabalhos produzidos sobre o tema Trânsito. O concurso tem o objetivo de incentivar diversos setores da sociedade a refletirem sobre aspectos relativos à segurança, ao respeito e a cidadania no trânsito. A premiação para os três melhores trabalhos sobre o tema trânsito de cada categoria varia de R\$ 1,5 mil a R\$ 10 mil.

EXAME TOXICOLÓGICO - Alberto Angerami comentou a edição da Resolução CONTRAN nº 529, que alterou a Resolução nº 517, prorrogando mais uma vez o prazo para a que se inicie a exigência do exame toxicológico de ‘larga janela’, para obtenção ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) nas categorias C, D e E. “Muitos nos indagam sobre essa resolução que adiou o início do prazo de exigência de 1º de junho de 2015 para 1º de janeiro de 2016. A lei prevê essa competência do DENATRAN para tal adiamento, embora muitos legisladores entendam que não haja essa previsão. Mas, para que adiassemos, consultamos alguns juristas de escol do Brasil e houve unanimidade, entre esses, no que diz respeito à possibilidade de adiamento”.

O adiamento, segundo Angerami, foi para garantir a efetividade da medida. “Não queremos que o exame seja um ‘faz-de-conta’. É preciso que tenha credibilidade. Sem credibilidade, nós não podemos avaliar a situação do uso de drogas por parte de alguns motoristas profissionais. Numa audiência pública na Câmara dos Deputados eu disse que com relação em especial a essa resolução e à lei que trata do exame toxicológico, jamais o Denatran vai pactuar como ‘jeitinho brasileiro’. Sabem todos que existe uma cadeia de custódia do material a ser examinado, e essa cadeia de custódia não pode ser rompida porque os laboratórios que haviam sido credenciados não era laboratórios, eram só escritórios de despachantes para, recebendo os materiais, encaminhá-los para exame nos Estados Unidos”.

PRAIA GRANDE RECEBERÁ EM OUTUBRO A 62ª REUNIÃO DO FÓRUM PAULISTA

O município de Praia Grande/SP receberá a 62ª do Fórum Paulista de Secretários e Dirigentes Públicos de Mobilidade Urbana. O encontro será nos dias 22 e 23 de outubro de 2015, no Centro de Lazer dos Comerciantes (Colônia de Férias da Fecomercio) na Vila Mirim.

SEGURANÇA VIÁRIA

FÓRUM CONSULTIVO DO DENATRAN SE REUNIRÁ NOS DIAS 15 E 16 DE SETEMBRO

O presidente da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) e assessor do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), Ailton Brasiliense Pires, informou aos secretários reunidos em Ribeirão Preto que será nos dias 15 e 16 de setembro de 2015, em Brasília, a próxima reunião do Conselho Consultivo do DENATRAN. Ele voltou a pedir o engajamento dos secretários. O Conselho Consultivo reserva aos secretários municipais 23 vagas como titulares e outras 23 como suplentes. Esse colegiado tem como principal incumbência fazer o exame político das proposições que serão apreciadas pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN); o exame técnico é feito pelas Câmaras Temáticas do DENATRAN.

AÇÃO DO DENATRAN - Na *61ª Reunião do Fórum Paulista*, o diretor Ronaldo Camargo descreveu o DENATRAN, apresentando suas seis coordenações. Entre outras informações, ele mostrou números referentes ao processo de integração dos municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, informando que, atualmente, cerca de 25% estão integrados e que a meta é conseguir em prazo razoável que 50% dos municípios estejam integrados. E informou que o Brasil tem 5.570 municípios, dos quais somente 1.447 estão integrados ao SNT; contudo, os municípios integrados abrigam 143,8 milhões de habitantes, o que representa 71,53% da população brasileira, que, em 2013, era estimada em 201 milhões de habitantes. Os municípios integrados abrigam também 67,96 milhões de veículos automotores, o que significa 80,85% da frota do País, que era de 87,77 milhões de veículos em 30 de abril de 2015.

RENAINF - Carlos Magno da Silva Oliveira, coordenador-geral de Planejamento Operacional, do DENATRAN falou sobre o Registro Nacional de Infrações de Trânsito (RENAINF). Ele descreveu o ciclo financeiro das multas no RENAINF, incluindo operacionalização, arrecadação, cobrança, repasses, confirmação de repasses, e explicou o papel do Comitê Gestor no RENAINF, organismo criado para gerir, integrar, propor alterações normativas e ações para solução de problemas nos aspectos técnicos e financeiros no sistema. Dos 645 municípios paulistas, 279 (43,25%) integram o Sistema Nacional de Trânsito, mas apenas 215 (33,33%) fazem parte do RENAINF. Em 30 de junho de 2015, órgãos paulistas de trânsito tinham a solicitar R\$ 26.282.573,56.

REITERADOS OS AGRADECIMENTOS POR APOIO DA MERCEDES-BENZ E DA DIGICON

Em nome do Fórum Nacional e do Fórum Paulista, a secretária executiva Valéria Aguiar reiterou às empresas Digicon e Mercedes-Benz do Brasil agradecimentos pelo apoio na realização das reuniões dos dois colegiados em 2015.

EM SÃO PAULO, RECURSOS PARA AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA NOS MUNICÍPIOS

O encontro dos secretários durante a *61ª Reunião do Fórum Paulista* foi aberto com uma exposição do presidente do DETRAN/SP, Daniel Annenberg, a respeito de um programa de segurança viária então em preparação pelo Governo do Estado de São Paulo e que viria a ser oficialmente criado por meio do decreto nº 61.442, de 20 de agosto de 2015, com o nome de *Movimento Paulista de Segurança no Trânsito*, e que tem por objetivo a redução de óbitos e feridos em decorrência de acidentes de trânsito. Esse programa se situa no contexto da *Década de Ação de Segurança Viária - 2011/2020*, proposta pela ONU e à qual o Brasil aderiu e que tem como meta declarada a redução em 50% o número de vítimas do trânsito.

Como parte do programa, os municípios terão apoio para o desenvolvimento de ações em segurança viária, com repasse de recursos. A ideia é que sejam celebrados convênios e que se estabeleçam regras para uma primeira versão da ação a qual, se bem sucedida, poderá se tornar uma iniciativa regular. "Temos R\$ 10 milhões para este ano para projetos dos municípios. Esses projetos devem ter indicadores, metas e propostas de resultados", disse Annenberg.

BOMBEIROS - Na sequência da exposição, José Antônio Oka, coordenador do Observatório Paulista de Trânsito, falou sobre outro aspecto do projeto, que terá a atuação do Corpo de Bombeiros e do DETRAN/SP no estabelecimento do que a Annenberg chamou de "um grande mapa do Estado de São Paulo com informações sobre acidentes e mortes". Por sua vez, o major Humberto, do Corpo de Bombeiros, mostrou como vem se desenvolvendo a Gestão Operacional para Redução de Acidentes baseado nos recursos e experiência da corporação e na interação com outros organismos públicos, instituições e segmentos da sociedade organizada.

As apresentações mencionadas nesta página podem ser vistas na Biblioteca do website da ANTP (www.antp.org.br). Acione o mecanismo de pesquisa escolhendo *Seção/Fórum Paulista e Edição/61ª Reunião*.

FÓRUM PAULISTA

A NECESSIDADE DE ENTENDER MELHOR OS NOVOS APLICATIVOS PARA MOBILIDADE

Os novos aplicativos para mobilidade e as características e mesmo a legalidade dos serviços a que dão suporte precisam ser discutidos mais profundamente por técnicos, especialistas e autoridades e do setor. Essa foi a principal conclusão a que se chegou quando o tema foi debatido na sessão reservada da 61ª Reunião do Fórum Paulista. Inicialmente, o diretor de Transporte Público do município de São Paulo, Daniel Telles, fez uma exposição, criticando a forma como o serviço do Uber é prestado. Ele sublinhou que os aplicativos de mobilidade conectam usuários e prestadores de serviço, ponderando: "Se esses prestadores de serviço são taxistas legalizados, está tudo bem, mas se são transportadores clandestinos, há um problema".

Telles salientou que o artigo 2º da Lei Federal 12.468/11, que regulamenta a profissão de taxista, afirma ser "atividade privativa dos profissionais taxistas a utilização de veículo automotor, próprio ou de terceiros, para o transporte público individual remunerado de passageiros". O diretor destacou que os dados do condutor do Uber não passam pelo exame do Poder Público e que o serviço utiliza aplicativo próprio com georreferenciamento para medir o deslocamento do veículo e determinar o preço a ser cobrado, havendo, portanto, cobrança de valores sem que haja respeito à norma municipal que define o valor da tarifa. Outros pontos criticados por Telles: o veículo utilizado pelo condutor do Uber não passa por vistoria, não possui luminoso com a palavra taxi e não utilizar a cor exigida. Ele rebateu a afirmação de que alguns aspectos do serviço do Uber são inéditos, afirmando que o rádio táxi e outros aplicativos oferecem a flexibilidade de requisição do serviço, sublinhando também que o pagamento com cartão de crédito, o uso de terno e gravata e falar outro idioma são aspectos já adotados em parte do serviço de táxi de São Paulo.

MANIFESTAÇÕES - A exposição suscitou diversas manifestações. Um dos secretários destacou que, de fato, o problema não é o aplicativo, mas a legalidade do carro e do condutor. Outro, assinalou que o serviço se apresenta melhor do que o prestado pelos taxistas, segundo constatação em redes sociais; mas esse mesmo secretário disse ser necessário forçar o Uber a acatar as leis em vigor no País. Um terceiro secretário disse entender que o Uber é apenas outra forma de fazer a estruturação de um serviço clandestino de transporte e que em seu município há clandestinos chamados por telefone, e que não é fácil coibir esse tipo de ação; esse secretário ponderou ainda que o serviço de taxi envelheceu e que é preciso pensar em como atualizá-lo.

QUATRO PONTOS EM TORNO DA QUESTÃO

Carlos Barreiro, presidente da EMDEC/Campinas situou a questão em quatro pontos, defendendo que o tema seja objeto de debate nos Fóruns de Secretários. Um dos ângulos diz respeito à visão do taxista, submetido a obrigações, taxas e fiscalização com "rigor leonino" pelo Poder Público, e que, atacado por concorrência desleal, pede socorro ao mesmo Poder Público, que o colocou naquela situação. O ponto de vista do usuário é marcado pelo serviço que recebe. "Os usuários adoram o Uber. O veículo é novo, o motorista, bem vestido e dirige com cuidado, e o preço é 20% a 25% por cento mais barato". O terceiro ponto de vista é o do administrador municipal. "Como Poder Público, não podemos deixar de regulamentar um serviço público. Transporte tem que ser tarifado, fiscalizado e regulado". O quarto ângulo se estabelece com a dinâmica da economia, que vive um momento recessivo: muitos perderam o emprego e quem conta com um bom automóvel poderá enxergar nesse tipo de serviço uma saída. Ele concluiu, assinalando ser necessário entender essa questão e enfrenta-la.

Foi sugerido que o Fórum Paulista inicie o debate sobre uma normativa para o novo serviço, por meio de um grupo de trabalho e que ouça taxistas, responsáveis pelo o Uber, e outros representantes do Poder Público.



BOLETIM DOS FÓRUNS é uma publicação mensal editada pela Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) com o objetivo de divulgar as atividades do Fórum Nacional e dos Fóruns Regionais de Secretários e Gestores Públicos de Mobilidade Urbana. COORDENAÇÃO GERAL - Luiz Carlos Mantovani Néspoli, superintendente da ANTP. GRUPO DE EDIÇÃO - Valéria

Aguiar, secretária do Fórum Nacional e do Fórum Paulista; Ricardo Mendanha Ladeira, diretor regional da ANTP em Minas Gerais; Alexandre Resende e secretário do Fórum Mineiro; Rosângela Battistella, diretora regional da ANTP no Paraná. EDITOR - Alexandre Asquini